



Anais da Assembléia

Nº 162

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1.980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 160.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1.980

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Edilson Alencar e Lineu Turra

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nachi, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Elísio, José Domingos, João Mansur, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes): « Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

— Sob o n.º 91/80, encaminhando o anteprojeto de lei que institui, para os ocupantes de cargos de Desembargador, do Tribunal de Justiça do Estado, verba de representação de quinze por cento sobre o vencimento básico do cargo. — Ao Departamento Legislativo.

— Sob o n.º 92/80, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova estrutura de Procurador do Estado, do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, bem como autorizar ao Poder Executivo a abertura de crédito especial que permita atender às despesas decorrentes. — Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 93/80, encaminhando o anteprojeto de lei que institui verba de representação de quinze por cento, sobre os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça, bem como dos Conselheiros, Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. — Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 94/80, solicitando que o Projeto de Lei n.º 178/80, que cria seis cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria dessa Assembléia Legislativa, e o Projeto de Resolução n.º 71/80, que altera dispositivos do Regimento Interno desta Casa, sejam incluídos no rol de matérias para apreciação na

atual período de convocação extraordinária Ao Departamento Legislativo.

EMENDA:

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 184/80

Acrescente-se onde couber, o seguinte dispositivo:

“Art. ... - O art. 10, da Lei n.º 7.031, de 15 de setembro de 1.978, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 — Aos ocupantes dos cargos constantes da Tabela II, do Anexo desta lei, aplicam-se as disposições da Lei n.º 6.569/74, com os seus posteriores reajustes.”

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1980

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O espírito da Lei n.º 7.031/78, foi a equiparação total dos vencimentos e vantagens dos cargos de Assistente Técnico Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça com aqueles atribuídos aos Procuradores e Engenheiros, através das Leis n.ºs 7.074/79 e 7.122/79.

Todavia, por um lapso, o anteprojeto de lei original, que mandava pagar a gratificação de produtividade prevista pela Lei n.º 6.569/74, foi alterado para que constasse Lei n.º 6.594/79, ocasionando, assim, desigualdade de tratamento entre os advogados do Estado e ocupantes de cargos similares do Tribunal de Justiça.

Posteriormente, foram criados alguns cargos de Contador naquele mesmo Tribunal, cuja gratificação de produtividade, nesta data, atinge o valor de Cr\$ 6.490,00 contra apenas Cr\$ 5.562,00 para os Assistentes Jurídicos, numa flagrante inversão de valores.

Por outro lado, os vencimentos e gratificações dos Bacharéis em Direito do Tribunal alcançam Cr\$ 71.122,00 contra Cr\$ 78.246,00 pagos a cargos similares da Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER voto de congratulação à COOPAVEL — Cooperativa Agropecuária de Cascavel, pela implantação da 1a. unidade industrial no Distrito Industrial “Theobaldo Brezolin”, de Cascavel, na data dos seus 10 anos de existência.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1.980.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A diversificação de culturas é uma preocupação do agricultor e, portanto, da diretoria da COOPAVEL.

Entendemos a diversificação como medida de extrema necessidade para o produtor, principalmente o pequeno, que foi o mais prejudicado pela febre da soja e do trigo, que o levou a abandonar outras culturas

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao

Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Ney Braga, apelando que Sua Excelência se digne mandar agilizar as obras da estrada Wenceslau Braz - São José da Boa Vista, bem como determine à SANEPAR a regularização no abastecimento de água no Município de São José da Boa Vista.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria do Interior e à SANEPAR, visando que seja solucionado com urgência o problema de abastecimento de água na sede do Município de Querência do Norte.

Solicita ainda o envio de cópias deste requerimento à Prefeitura e à Câmara Municipal de Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1980.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Há vários dias, a sede do Município de Querência do Norte vem sendo privada do abastecimento de água, que está a cargo da SANEPAR.

Assim, milhares de famílias são obrigadas a apelar para poços e fontes distantes, sendo as crianças as mais afetadas.

A solução seria a perfuração de um poço artesiano mais profundo, num prazo máximo de 30 dias.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições legais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado pedido de informações sobre qual a solução dada à solicitação para desapropriação da área do Jardim das Nações, no Distrito de Tatuquara, neste Município da Capital, e onde mais de cem humildes famílias estão ameaçadas de despejo pela IMOBILIÁRIA MINAS-PARANÁ Ltda.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1980.

(a) ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

O problema enfrentado pelas cem famílias proprietárias de lotes na denominada planta Jardim das Nações, junto ao CEASA, Distrito de TATUQUARA, neste Município, já é do conhecimento dos Srs. Deputados, através de memoriais e de delegações de moradores.

Como a Imobiliária Minas-Paraná Ltda. se apresenta, agora, como legítima proprietária da área abrangida pelo Jardim das Nações, não obstante os moradores de mais de trinta anos comprovem haverem comprado e pago os lotes em que edificaram suas modestas casas, requereu despejo, por via judicial, daquelas famílias, e declara não qualquer acordo.

Como se trata de gente que comprou, de boa fé, o pedaço de chão, para realização do grande sonho de possuir casa própria, e como essa gente é pobre, pertencente à faixa de baixa renda, seria grave ato de injustiça o seu despejo, tanto mais que vem pagando, também, à Prefeitura Municipal, desde há muitos anos, os tributos que oneram cada lote.

No intuito de evitar mal maior, pela eclosão, súbita e incontrolável, de uma crise social de grandes proporções, em virtude de serem jogadas inopinadamente à Rua algumas centenas de pessoas, sugerimos que o Governo do Estado, com os recursos financeiros de que dispõe, promovesse a desapropriação da área em litígio, para segurança e tranquilidade dessas pessoas.

O nosso requerimento a respeito está datado de 7 de maio,

e o ofício do Sr. Presidente desta Casa, de 28 de maio, encaminhava o expediente ao Sr. Chefe do Poder Executivo.

Tivemos informações oficiais de que o expediente fora despachado, a seguir, à Secretaria da Administração, para o devido estudo, mesmo porque cumpre ao Estado amparar os menos favorecidos da sorte, e a desapropriação da área de terras poderá ser feita POR INTERESSE SOCIAL, conforme preceitua o parágrafo 22, do artigo 153 da Constituição Federal vigente.

Há, ainda, o fato de que na forma do disposto na Lei n.º 58, a IMOBILIÁRIA MINAS-PARANÁ LTDA., que se diz proprietária de 218.222 metros quadrados na planta Jardim das Nações, deveria doar à Prefeitura, para obras sociais diversas, inclusive urbanização, cerca de 21.822,2 metros quadrados, e doar apenas 5.005 metros quadrados, e indenizou-a do restante, ao preço de Cr\$ 1,44 o metro quadrado, no total de Cr\$ 11.978,45.

Partindo dessa avaliação, a desapropriação da área não alcançara a casa dos trezentos mil cruzeiros.

Os moradores do Jardim das Nações, embora hajam pago, no devido tempo, o preço exigido pelos transmitentes vendedores, propõem-se a título de colaboração, e numa prova de boa vontade, a devolver ao Governo do Estado a importância que havia dispendido com a desapropriação solicitada, de sorte que nenhum ônus financeiro sobrecarregará o Estado.

Como a medida requerida é justa e humana, e está fundamentada em disposições constitucionais vigentes, esperamos que este requerimento seja devidamente aprovado, para que, com a resposta a vir do Palácio Iguaçu, tenhamos condições de acalmar a aflita gente do Jardim das Nações.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente.

No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com muita satisfação, estivemos, ontem, na Colônia Witemarsum, situada no Município de Palmeira, participando da inauguração de duas importantes obras para o desenvolvimento das atividades produtivas daquela importante região de nosso Estado.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à entrega do sistema de telefonia rural e de saneamento básico rural.

No acontecimento, o Sr. Secretário do Interior, juntamente com os Presidentes da TELEPAR e SANEPAR, demonstraram o grande empenho que o Estado do Paraná está procurando desenvolver para que sejam atendidas as necessidades de infra-estrutura, a fim de que haja a fixação do homem à terra produtiva, para que, efetivamente, possamos encontrar os melhores resultados na política que deve ser desenvolvida prioritariamente para que nosso País se afirme no cenário internacional.

É importante destacar que a experiência realizada na Colônia Witemarsum, especialmente no tocante ao saneamento básico rural, se constitui em uma experiência inédita em nosso País, servindo de exemplo a outros Estados.

O grande beneficiado disto não é somente a população local mas, o povo que vive em Curitiba, especialmente, que consome grande parte do leite e dos laticínios que são produzidos naquela região.

A grande vantagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que havendo água tratada, os animais terão melhor saúde e os produtos terão uma água de qualidade superior.

Por outro lado, a inauguração do telefone com sistema DDD e DDI, permite a ligação rápida com os principais centros

produtores e consumidores, não apenas a nível nacional, mas também internacional, proporcionando condições para que haja um resultado aceitável, refletindo na economia do nosso Estado e do nosso País.

Consigno, portanto, com muita satisfação, desta tribuna, os agradecimentos do povo que tenho a honra de representar e que vive naquela Colônia, ao mesmo tempo em que apresento as congratulações às equipes que desenvolveram aquele programa, seguindo as orientações do Governador Ney Braga.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Sr. Deputado Federal Norton Macedo, Presidente do Diretório Regional do PDS.

A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. DARCY DEITOS — Usará da palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A perda da autonomia do Governo brasileiro para ditar sua própria política de exportação, é uma evidência inegável.

E, exatamente, o nosso Estado, como hoje o segundo maior produtor de soja do País, merece, de nossa parte, uma análise do processo de comercialização que dentro de mais alguns meses estará sendo acionado em todo o Brasil, mas uma análise sobre as várias formas de atuação do capital estrangeiro no mercado internacional de cereais e das empresas multinacionais que visam apenas os interesses próprios e é óbvio não os dos países onde operam com suas subsidiárias, já que foi objeto de estudos, denúncias, obras, livros, enfim, de toda uma bagagem de informações definindo a dependência do País em todo o setor da economia, e porque não portanto, no mercado agrícola.

Recentemente, longo estudo oficial, feito por técnicos do Governo federal e inclusive com a colaboração de dirigentes de empresas nacionais de comercialização de cereais, constatarem aspectos importantíssimos entre os quais consta deste trabalho:

“As informações sobre o mercado internacional de cereais muitas vezes contraditórias e não raro são inseridas na imprensa, exatamente para induzir os países produtores ou consumidores a erro na avaliação das perspectivas do mercado de produtos agrícolas.

A informação dirigida é uma prática constantemente utilizada não somente pelos grandes grupos multinacionais, como também pelos governos interessados em provocar oscilações de preços de forma a favorecer suas posições assumidas no mercado.”

Mas, diz mais o documento, Sr. Presidente:

“São comuns os casos de intercâmbio de informações entre empresas multinacionais e governos onde são situadas as suas matrizes como parte de uma estratégia de manipulação de preços que visam interesses de longo prazo e citam, por exemplo, a conjugação de interesses do Governo norte-americano e das empresas multinacionais que atuam no mercado de produtos agrícolas e como em 72, que por causa de problemas climáticos houve uma redução da produção mundial de cereais, de apenas 1,6 por cento, mas isso gerou aumento de 200 por cento a 500 por cento nos preços de cereais como o trigo, a soja e o milho.

Esses resultados, segundo o estudo, visam reduzir parte do déficit que começava a surgir na balança norte-americana naquele ano de cerca de 5,5 bilhões de dólares.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são os próprios Estados Unidos que detêm uma participação de aproximadamente 75 por cento nas exportações de cereais do mundo.

E as 5 maiores empresas multinacionais, sediadas nos Estados Unidos, que são a CARGILL, Continental Grain Corporation, Cook Industries Inc., Louis Dreyfus Corporation e Bunge Corporations, detêm, conjuntamente, 90 por cento da comercialização externa de cereais produzidos naquele país.

Os outros países exportadores de cereais, de maior ou menor expressão, são o Canadá, a Austrália, a França, a Argentina e o Brasil, que atuam numa faixa restrita do mercado internacional. E as 5 empresas que acabamos de citar, atuam decididamente nos países exportadores.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, viemos à tribuna neste dia, já sentindo no ar e conforme informações que estamos colhendo de que há, na verdade, a perspectiva de uma boa venda do produto de soja, quer óleo, grão ou farelo, até porque o próprio Departamento de Agricultura dos Estados Unidos prevê uma queda de 15 por cento enquanto os especialistas do setor preveem um prejuízo de até 25 por cento na produção anual de soja daquele país.

Mas o que existe, é a certeza de que a quebra em grande parte, devido à seca e ao calor que coincidiram no período de floração da soja, deverão trazer aspectos positivos para o Brasil, mas é nesse instante, em que pesem todas essas nossas colocações sobre a sojicultura, não podemos, neste instante, antever a possibilidade de que o Governo venha, mais uma vez, intervir com confisco ou outras medidas, principalmente, que já em épocas passadas, trouxeram sérios prejuízos ao produtor.

Mas, assim mesmo, ressalvada nossa posição com referência à monocultura, à produção de soja, à dependência que ela tem com o capital estrangeiro, o domínio na comercialização, nós viemos a esta tribuna, exatamente para trazer essa preocupação.

Preocupação que não é só nossa, preocupação que hoje começa a invadir os escritórios dos gerentes de cooperativas e de comercialização de todo o Brasil.

Por que, Sr. Presidente?

Porque como dizia recentemente um líder cooperativista do Rio Grande do Sul, não se sabe, não se tem até o presente momento, uma mínima idéia e nem há esforço nesse sentido, de como o Governo vê a produção de soja de 1981.

Não se sabe o que virá.

Se haverá ou não confisco, se continuará ou não o tabelamento dos preços dos subprodutos para o mercado interno, e qual será o volume de grão liberado para exportação?

Essa indefinição, mais uma vez, vai gerar perplexidade e com certeza, prejuízos às cooperativas, aos sojicultores de todo o Brasil.

A exportação de soja supera as estimativas, não há como duvidar de que poderemos ter, através dessa leguminosa, uma receita cambial em torno de 3,2 bilhões de dólares.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se temos aí um aumento que deve crescer em 23 por cento em relação às receitas estimadas para esse ano, é necessário, que possamos exigir das autoridades deste País, uma definição logo.

Não só para o produtor que, entusiasmado, possa também ver aí, um meio de diminuir a sua descapitalização e seu endividamento.

Nós da Região Oeste do Paraná, principal produtora desse produto no Estado do Paraná, precisamos deixar alerta. Porque temos ainda cicatrizes de recentes episódios, quando manipulados no mercado internacional, e não há que se esquecer aqui, o que consta de várias denúncias, porque não dizer, inclusive, de obras como de Kurt Mirrow, a “Ditadura dos Cartéis”, onde grandes grupos multinacionais de grãos dos Estados Unidos, manipulam a bolsa de Chicago, determinando as oscilações conforme seus interesses e esses cartéis venham a determinar. E o Governo, passivamente, tenha a tudo assistido.

Onde estão os nossos embaixadores, os cônsules, para serem efetivamente os agentes, inclusive desse comércio, nos diversos países, inclusive países do leste europeu, hoje carentes desses produtos, dessas leguminosas. É evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há que se exigir do Ministério de Relações Exteriores, do Itamarati, que case informações diárias e constantes como Ministério da Indústria e Comércio, com o Ministério da Agricultura, e que essas informações sejam repassadas para os setores produtivos, para que possamos ter um esquema de comercialização, evitando frustrações, dificuldades e atravessadores de toda a espécie.

Por esta razão, é que nós estamos solicitando, que possamos reivindicar junto ao Ministério da Agricultura, ao Ministério inclusive, da Indústria e Comércio, da própria CACEX, que se elabore, desde agora, grupos permanentes de contatos e estreitamento de relações, para, de uma maneira objetiva, evidenciar os mercados potencialmente adequados à colocação da soja brasileira.

Ainda há pouco, tivemos o exemplo triste da Argentina, que saiu à frente não admitindo o boicote proposto pelos Estados Unidos à União Soviética, e fez a venda quase ao dobro do preço, que nós acabamos vendendo. E só agora, há questão de um mês, fizemos a primeira exportação de soja em grãos para a Rússia, depois de várias tentativas nesse período pós-boicote.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós precisamos evidentemente e para isso, que o Governo assuma com independência e permaneça ao lado do produtor, porque conforme começamos a nossa locução, dizíamos deste estudo, do controle das multinacionais no mercado agrícola. E essas cinco manipulam, que determinam, que fazem as oscilações no mercado, as cinco maiores empresas multinacionais que estão sediadas nos Estados Unidos, a Cargill Inc., a Continental Grain Co., a Cool Industries Inc., a Louis Dreyfus Corp., a Bunge Corporations, evidentemente estão, neste instante, como sempre fizeram os cartéis, os monopolismos, estão neste instante a postos, não só para manipular informações, mas acima de tudo para começar no mercado a termo, a acionar os seus tentáculos para dominar mais uma vez aquilo que seria a lucratividade, a mais valia, inclusive do nosso produtor.

Tem o aparte, também do Oeste do Paraná e ligado ao setor, o nobre Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, tão somente para parabenizá-lo pela sua posição e suas colocações e que é em si a preocupação do Paraná por ser um Estado eminentemente agrícola, e que nesse campo da agricultura, talvez o que mais sofreu os revéses da má política agrícola implantada no País.

E realmente Vossa Excelência muito bem coloca com dados concretos, com dados certos, científicos, e demonstra que a agricultura no Brasil é manejada desde fora, desde o capital estrangeiro. E lembro aqui um dado que se no mundo existe disponível, o comércio no mundo de defensivos agrícolas está em torno de 1,9 bilhões de dólares; somente no Brasil se consome 600 milhões de dólares em defensivos agrícolas.

Isto incentivado pelo banco que diz que mais ajuda a agricultura, os agricultores, é o Banco do Brasil que não deixa, não libera nenhum financiamento sem que tenha já pré-fixado as cotas exatas de inseticida, de defensivos agrícolas, de adubos a serem utilizados.

Engenheiros agrônomos, talvez comprometidos com o próprio capital estrangeiro já determinam que se alguém faz o empréstimo, esse empréstimo já tem a parte assegurada para as multinacionais. O que se pode prever na agricultura brasileira é quanto é que as multinacionais vão levar na venda de

defensivos agrícolas e de inseticidas.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte que veio enriquecer as nossas colocações, evidenciando o domínio que hoje o capitalismo monopolista exerce também no campo. É no defensivo, é no fertilizante, é no insumo básico em geral, e para não dizer, em todos os setores.

Estão aí agora, ainda as denúncias sobre o controle que existe sobre o que se chama a voz da avicultura, que são exatamente as matrizes que hoje totalmente importadas, estão condicionando o mercado de frangos no Brasil.

E na sojicultura a coisa não é diferente. O Governo brasileiro tem sido omissso, comprometido e passivo no trato da venda da soja, neste País, ora atendendo interesses multinacionalistas que atuam no mercado interno, não só na comercialização como dominam a industrialização do óleo, a industrialização dos demais sub-produtos desse vegetal, e chegando ao incrível, como tivemos no início deste ano, quando as cotações baixavam no mercado externo e não vamos nem falar do confisco, aqui estava havendo a falta do produto, da mercadoria, a falta do óleo de soja na prateleira do mercado.

E o Governo nada fez. Ele é forte para jogar o Exército contra o suinocultor, mas é impotente para colocar a polícia em cima dos grandes intermediários, quer da indústria, quer da comercialização ou dos atravessadores propriamente ditos que fazem com que o produto na verdade entre o consumidor e o produtor tenha às vezes um aumento até de 350, 400%.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Além do mais, se não fosse pela razão de estarmos aqui, defendendo o interesse que produz e que efetivamente o que menos tem participado no bolo da renda do seu produto, nós vemos o que aconteceu em 1.979 e 1.980. Este ano a safra rendeu: na exportação de grãos: — 26 bilhões; farelo: 70 bilhões; óleo: 24. Dando um total de receita ao País, de 120 bilhões de cruzeiros, ou seja, 2,5 bilhões de dólares. No entanto, o sojicultor está lá endividado, em dificuldade, porque ele, entre outras coisas, depois que vende o produto, é que ele sobe, o que já é tradição, devido a manipulação que existe no mercado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vamos solicitar porque ainda é tempo, porque efetivamente estão se confirmando as informações do próprio Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, da queda de 15 a 25% do produto, só naquele País.

Mas se nós não tivermos, aqui e agora, a presença das autoridades monetárias do País, do Ministério da Agricultura, do próprio Itamarati, da CACEX, casando informações e agredindo o mercado, inclusive, nós teremos novas frustrações ao produtor, teremos novas dificuldades na comercialização; quando não, o fantasma que poderá vir aí, de um novo confisco, que desde agora ficará alerta o Governo, que se tivermos os suinocultores nas ruas, contra esta situação injusta em que ele vive, no movimento "Justiça e Trabalho", também estarão os sojicultores com a solidariedade das outras categorias, investindo contra qualquer medida, que venha prejudicar o nosso produtor rural.

Termino, Sr. Presidente, além de encaminhar esta solicitação, para a formação de um grupo permanente de estudos e de intercâmbio de informações entre produtor e Governo e mercado externo. Que o Governo neste instante, vista a camisa do sojicultor e compareça no campo da competição internacional, para executar a tática de que o ataque é a melhor defesa dos interesses nacionais.

Acabar com a administração de papéis impostos aos administradores das cooperativas e que fazem com que a burocracia e que a falta de verdadeiras informações, obstaculizam a boa comercialização. Nós entendemos que esta seria

efetivamente a saída agora, porque ainda é tempo.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Consulto à Liderança do PP, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Declinado, consulto à Liderança do PTB. (Pausa)

Com a palavra o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, nós tecemos algumas considerações a respeito do Projeto de Lei n.º 183/80, de autoria do Executivo, Mensagem n.º 85/80, que autoriza o Executivo a dar fiança dos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná, com o BNH, para serem aplicados através da SANEPAR — Companhia de Saneamento do Paraná.

É durante a sessão de ontem, o Deputado Airton Cordeiro, ao apartear este Deputado que está na tribuna, colocou a sua posição com relação à Mensagem Governamental, e disse textualmente neste plenário, que este Deputado não é muito assíduo na Comissão de Constituição e Justiça. E devo dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que realmente sem se saber que há reunião desta Comissão, oficialmente, por escrito, não se pode ir efetivamente. E a Comissão no dia de ontem presidida pelo Deputado Augusto Carneiro, realizou reunião extraordinária, sem que este Deputado ficasse sabendo que realmente houve esta reunião.

Alguns disseram hoje, de que eu fora avisado por telefone. Nunca entendi que o telefone fosse alguma coisa oficial, para se convocar reuniões, principalmente nesta Casa, da principal Comissão, da Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, falando da SANEPAR, recebemos no dia de hoje, expediente da população de um município do Norte Velho do Estado, o qual com cerca de 500 assinaturas, dizendo que representam cerca de 1.200 eleitores inscritos naquela zona eleitoral.

"Tomo a liberdade de, em falta das providências solicitadas às autoridades locais, apelar ao alto espírito de homem público e legítimo representante, a partir de agora, do nosso povo boavistense, estribado no sentimento de luta do PTB, sobre os fatos a seguir expostos. E aqui vai àqueles que representam São José da Boa Vista, que os boavistenses, que nos idos tempos das araucárias, já teve a honra de sediar o Governo paranaense, que vivia, até há bem pouco tempo, o calendário gregoriano, absurdamente parece atualmente estar vivendo o calendário leopoldiano, senão, a seguir:

"O Chefe do Executivo local, Prefeito Leopoldo, vem, à revelia de suas obrigações assumidas, praticando verdadeiros desmandos administrativos no município, tais como: (E aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que veio na hora exata) o Prefeito privou o morador de São José da Boa Vista ao uso da água.

Há mais ou menos doze meses, o indigitado Prefeito, sem qualquer consulta, consentimento ou satisfação, assentiu e entregou o serviço de abastecimento de água de São José da Boa Vista à SANEPAR. A dita autarquia, desde a sua assunção até à atualidade, exceto a edificação de uma sede de amontoado de material em terreno cedido pela Prefeitura, simplesmente cortou a água que abastecia a cidade, e, simultaneamente, passou a cobrar da população altas taxas e tarifas.

"Face ao exposto, face ao desespero da população, sem água sequer para as mais imprescindíveis necessidades, solicitando e exigindo providências do Executivo, sobre o crime praticado contra a população, teve como resposta do Prefeito Leopoldo — que por sinal tem em sua residência abundante

instalação e captação de potabilíssima água própria... Eu não tenho nada com isso. Reclamem à Companhia."

Não tomando providências, nem sequer esclarecendo à população a situação jurídica pela qual a SANEPAR adentrou à cidade.

"Que a falta de informações do Executivo à população é revoltante, e, mais irritante ainda, da SANEPAR, que, através de um proposto, que era funcionário da própria Prefeitura que, por sinal, além de muito mal-educado, nada entende do serviço de abastecimento, somente alega que a água da mina não dá."

Ora, o município é rico em vertente e mananciais, tendo, inclusive, um farto ribeirão contornando a cidade.

Que, não obstante estar privada do uso da água, a população de São José da Boa Vista está também isolada por terra, da sede de sua comarca, Wenceslau Braz, por obra gratuita, de uma outra companhia que, a título de asfaltar a rodovia, destruiu-a totalmente, sem a mínima preocupação de aplicar, em paralelo, os imprescindíveis e necessários desvios, de forma, pelo menos, carroçável.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem referir-me ao Deputado do PDS, colocado nesta correspondência que recebemos, queremos fazer um apelo ao Governador do Estado, no sentido de agilizar as obras da estrada que liga São José da Boa Vista à Comarca de Wenceslau Braz, bem como que determine à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, a regularização do abastecimento de água naquele município.

Somente isso, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 184/80, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferre. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Responderam a chamada nominal 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 158/80, (Mens. Govern. n.º 69/80), que altera dispositivos da Lei n.º 5.515, de 15 de fevereiro de 1.967, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP. Aprovado

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 158/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O artigo 5.º da Lei n.º 5.515, de 15 de fevereiro de 1.967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º — O Estatuto Social do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP estabelecerá as atribui-

ções e poderes de seus Diretores, bem como a composição de sua Diretoria que deverá ser de 01 (um) Diretor Presidente e de até 05 (cinco) Diretores."

Art. 2.º — O artigo 7.º da Lei n.º 5.515, de 15 de fevereiro de 1.967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º — O Conselho de Investimentos terá a seguinte composição:

a) O titular da Secretaria à qual estiver vinculado o Banco;

b) Um representante da Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., por ela indicado;

c) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná;

d) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Universidade Federal do Paraná;

e) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná — FAEP;

f) Um representante do Governo Estadual, escolhido entre os Secretários do Estado;

g) Os Diretores do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.;

h) Os membros do Conselho de Administração".

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 168/80, (Mens. Govern. n.º 75/80), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Paranaguá, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado na sede do referido município. Aprovado — PUBLICADO NO D.A. N.º 139.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 66/80, (Mens. Govern. n.º 76/80), que aprova o Termo de Convênio SEPL n.º 156, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras séries do ensino de primeiro grau. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 66/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio SEPL n.º 156, celebrado em 25 de outubro de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para os alunos das primeiras séries do ensino de primeiro grau.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 67/80, (Mens. Govern. n.º 77/80), que aprova o Termo de Convênio SEPL n.º 126, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, visando o estabelecimento de mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesses do Estado e de seus municípios. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 67/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio SEPL n.º 126, celebrado em 16 de setembro de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Fundação Rondon, visando ao estabelecimento de mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesses do Estado e de seus Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 69/80, (Mens. Govern. n.º 79/80), que aprova os Termos Aditivos celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de São Jorge do Ivaí e Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede dos citados municípios. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 69/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos datados de 24 de outubro de 1.980, aos Convênios celebrados em 13 de agosto de 1.979, entre o Estado do Paraná e os Municípios de São Jorge do Ivaí e Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede dos Municípios signatários.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 73/80, (Mens. Govern. n.º 81/80), que aprova os Convênios de Cooperação e Compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Palmeira e Imbituva, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros nas sedes dos citados municípios. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 73/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios de Cooperação e Compromisso, celebrados em 07 de agosto de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Palmeira e Imbituva, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros nas sedes dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Augusto Carneiro, Relator.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/78, de autoria dos Deputados EZEQUIAS LOSSO e TRAJANO BASTOS, que cria no Município de Guarapuava, o Distrito Administrativo de Turvo, com sede e divisas na localidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em data de ontem o presente projeto de lei esteve em apreciação nesta Casa em primeira discussão.

O nobre Deputado Trajano Bastos repetiu um requerimento que tinha sido apresentado anteriormente a esta Casa pela Comissão de Constituição e Justiça, visando a juntada de projeto de sua autoria ao presente Projeto de Lei n.º 53/78, tendo em vista versarem sobre o mesmo assunto.

Embora a Casa já tivesse decidido anteriormente, houve a junção dos 2 processos. Seria um procedimento normal, Sr. Presidente, se não ocorressem certas colocações do Deputado Trajano Bastos que são aéreas e estranháveis.

Disse o Deputado Trajano Bastos, que quando, o Deputado que ora usa da tribuna, apresentou o projeto no ano de 1.978, não houve o cumprimento do artigo 9.º da Lei Complementar n.º 2, de 19 de junho de 1.973.

Realmente, quando apresentamos o projeto de lei, Sr. Presidente, não tínhamos em mãos os documentos que deveriam ser fornecidos pela Prefeitura Municipal de Guarapuava. Logo após, entretanto, iniciamos os contatos com o Sr. Prefeito Municipal de Guarapuava, Cândido Pacheco Bastos, como também com o Vereador Elias Farah daquele importante e próspero município, aliás, minha terra natal, no sentido de que, se urgenciasse a preparação dos documentos para que o projeto de lei tivesse a sua tramitação normal.

Posteriormente, assumiu a Câmara Municipal de Guarapuava, o nobre Vereador Raul Rickli, representante de Turvo. Desde o começo de seu mandato, empenhou-se junto ao Sr. Prefeito, para que a documentação fosse apresentada. Cabe lembrar que no primeiro semestre do corrente ano, na localidade de Turvo, se realizou a festa do lavrador, e ali estavam presente o nobre Prefeito Cândido Pacheco Bastos, o Vereador Raul Rickli, diversos líderes, quando houve uma solicitação pública ao Sr. Prefeito, no sentido de que fossem tomadas as providências necessárias para que o projeto de lei pudesse ser votado pela Assembléia Legislativa do Estado.

Qual não foi a nossa surpresa, porém, Sr. Presidente, quando em agosto do corrente ano, após a realização daquela reunião na localidade de Turvo, o Deputado Trajano Bastos, apresentou um projeto semelhante ao meu, em todos os pontos, sem ter atendido o que dispõe a mesma Lei Complementar que o referido Deputado invocou nas suas alegações de ontem.

O Vereador Raul Rickli, que poderá, se necessário, trazer suas declarações a esta Casa, continuou o seu esforço para que os resultados fossem obtidos. E realmente, no dia 26 de novembro de 1.980, foi aprovado pela Câmara Municipal, um documento autorizando o Sr. Prefeito a representar esta Assembléia, para a criação do distrito.

Finalmente, isto ocorreu em 27 de novembro de 1.980.

Não consta do processo, que o Deputado Trajano Bastos tivesse trazido em mãos essa documentação, que deveria ser encaminhada por vias oficiais. Entretanto, acusando injustamente o Deputado que ora usa da palavra, de que não teve a preocupação de procurar a documentação.

É contra esta afirmação, Sr. Presidente, que nos insurgimos. Isto porque, como já esclareci, há muito estamos trabalhando para que a Prefeitura Municipal de Guarapuava tomasse as devidas providências. Não é correto que agora, o Deputado Trajano venha querer louvar-se, no respeito à ética parlamentar, como disse, acusar que cumpriu fielmente com

a sua parte.

Se a ética parlamentar fosse respeitada no caso em tela, nem sequer haveria segundo projeto de lei e os documentos estariam no bojo do processo pioneiro.

É oportuno deduzir, por outro lado, que se a matéria vier a pegar, com base no temerário precedente, poderá amargurar um Deputado trazer um projeto semelhante ao do outro e depois, pleitear a co-autoria. Isto, todavia, parece-nos pouco recomendável.

Esperamos dar por encerrada esta questão lamentável, registrando, com todo o respeito, a verdade nos Anais desta Augusta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o Projeto de Lei n.º 53/78. Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 6/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Sede Alvorada com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/80, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que cria o Distrito de Aparecidinha D'Oeste, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/80, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que cria no Distrito de São José do Itavó, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 84/80), que visa modificar a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça e altera seu Quadro de Pessoal, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu e procederá a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, e requeiro a Vossa Excelência, antes de proceder a verificação de votação, a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Responderam a chamada nominal 45 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e para deliberações.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Solicito informação da Mesa se o projeto em questão teve parecer emitido pela Comissão de Finanças, baseado no Regimento Interno, que torna obrigatória a audiência da Comissão de Finan-

ças, para todos os projetos que mexam com a despesa pública.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que a matéria está tramitando em regime de urgência e não se admite adiamento, na forma do Art. 105, do Regimento Interno.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Quero dar um aspecto de legalidade a uma matéria altamente controvertida e que, inclusive, mereceu manchete nos jornais de hoje, e que nós poderemos, nesta Casa, amanhã, estar inquiridos de ilegalidade.

O art. 129 do nosso Regimento Interno é claro:

“Nenhum projeto que importe em majoração de despesa, será discutido e votado sem que mereça prévio parecer da Comissão de Finanças.”

Sugiro a Vossa Excelência que, também baseado no Regimento Interno, se nomeie em Plenário, para um parecer bônico, como foi feito, aliás, em outro projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa suspende a sessão por alguns minutos.
(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está reaberta a sessão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 182/80, de autoria do Poder Executivo (Mens. 84/80), com pareceres favoráveis da CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 183/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 85/80), que autoriza o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) No tocante ao Projeto de Lei n.º 183/80, requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência acate a questão de ordem do Sr. Deputado Renato Bernardi, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada)

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, havia pedido verificação de votação, no entanto declino da Questão de Ordem levantada.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, só para saber se há possibilidade de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa o nobre Deputado que, com a desistência da Questão de Ordem do nobre Deputado Renato Bernardi, automaticamente está aprovado o referido projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/80, de autoria

do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 86/80), que altera o art. 4.º e seu parágrafo único da Lei n.º 5.992, de 2 de setembro de 1969, para dar nova redação à Tabela B, que faz parte da Lei n.º 4.975 de 2 de dezembro de 1964. (Regime de aposentadoria e pensões dos Serventuários da Justiça do Estado).

Ao referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a retirada da emenda de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu e retira a emenda subscrita pelo nobre Deputado Gabriel Sampaio.

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 185/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 88/80), que altera a redação do art. 87, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974 e adota outras disposições pertinentes ao regime de vantagens dos integrantes do QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 89/80), que altera dispositivos da Lei n.º 6.417, (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná) e adota outras providências conforme específica.

Ao referido projeto, Emenda de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Renato Bernardi, nos seguintes termos:
(Lê)

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 186/80

O § 1.º do Art. 2.º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º — ...

§ 1.º — O Coronel na ativa perceberá uma gratificação mensal no valor de Cr\$ 32.170,00 — (trinta e dois mil, cento e setenta cruzeiros), denominada “gratificação policial militar especial”, reajustável sempre que o soldo for reajustado e na mesma proporção.”

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1980

aa) Erondy Silvério e Renato Bernardi.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. — **Aprovada**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 90/80), que objetiva atualizar o valor da cobrança da Taxa Judiciária conforme específica.

PROEJTO DE LEI N.º 187/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ressalvadas as isenções, a taxa judiciária a que se refere o Decreto-Lei n.º 962, de 23 de abril de 1932, será calculada e cobrada mediante a aplicação da alíquota de 70% (setenta por cento) sobre a Unidade-Padrão-Fiscal do Paraná, estabelecida e atualizada conforme o Art. 3.º da Lei n.º 7.257, de 30 de novembro de 1979.

Parágrafo único — Quando o feito ou processo que tiver ingresso na Justiça Estadual representar valor inestimável ou equivalente a até 100 (cem) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), a Taxa Judiciária será paga

com redução de 65% (sessenta e cinco por cento), desprezadas as frações de um cruzeiro.

Art. 2.º — Ficam revogados o art. 4.º e as demais disposições em contrário do Decreto-Lei n.º 962, de 23 de abril de 1.932, e o art. 17 da Lei n.º 2.907, de 15 de outubro de 1.956.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1.981.

Curitiba, em 16 de dezembro de 1.980

a) Poder Executivo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em que pese estar, hoje, somente em apreciação da constitucionalidade, queremos, de imediato, deixar a nossa posição com referência a esse projeto de lei do Executivo, e que objetiva atualizar o valor da cobrança da taxa judiciária, conforme especifica o corpo do mesmo projeto.

Sr. Presidente, como advogado militante há mais de 8 anos e conhecendo "pari passu" ou meandros da atividade judiciária, eu gostaria de, neste instante, Sr. Presidente, de ponderar alguns aspectos que me parece de extrema importância.

Nós estamos hoje cobrando uma taxa judiciária — o Estado — de Cr\$ 10,00 no valor uniforme. É óbvio que esse valor é ínfimo, é um valor que não trata e não retrata a realidade dos feitos que tramitam nos foruns das diversas comarcas do Estado.

Mas, passarmos do valor unitário de Cr\$ 10,00, independente do valor da ação, para esta proposta, do Artigo 1.º do projeto do Governo, da alíquota de 70% sobre a unidade padrão fiscal do Paraná, é além de tudo abusivo, senão para dizer, injusto.

Sr. Presidente, a unidade fiscal do Paraná, para 1.981 será de Cr\$ 4.340,00. Setenta por cento como alíquota para cobrança da taxa judiciária, daria para o feito, uma cobrança, um depósito prévio no Banco, no momento em que alguém entrará em juízo com qualquer petição, será de Cr\$ 3.038,00.

Hoje, o cidadão quando vai buscar a justiça e só se vai à Justiça por extrema necessidade, porque todos sabem da morosidade que está o aparelho judicial do Brasil, um dos mais morosos que existem no mundo, somando-se a isso o custo operacional da justiça, o custo de oficial de Justiça para fazer a diligência, o que se cobra hoje, Sr. Presidente, nos Cartórios do cível, do Crime, da Família, de Anexos, enfim, é hoje um assalto efetivo a quem vai perquirir o seu direito na máquina judiciária.

Sr. Presidente, se não bastasse o custo que está hoje a Justiça, se não bastasse hoje a tributação que já existe em determinados feitos, toda essa máquina que normalmente é azeitada por taxas e mais taxas e emolumentos, agora vem o Governo do Estado e propõe uma taxa judiciária no valor uniforme de 10 (dez), para uma alíquota de 70% sobre a unidade padrão fiscal do Paraná e eu ainda fico aqui com a ressalva — O parágrafo único do Artigo 1.º prevê que aqueles feitos de valor inestimável com o equivalente até 100 ORTNs, assim mesmo, nós teríamos, porque prevê o § único nessas ações do feitos de valor inestimável, equivalente a 100 ORTNs, será pago então com redução de 65% assim mesmo nós teríamos ações de pequeno valor, até Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) o valor da causa, uma taxa judiciária de Cr\$ 1.063,00.

Sr. Presidente, quem advoga, principalmente no interior e quem advoga conhece um pouco do aparelho judiciário, sabe que 80% das ações são de pequeno valor, 80% das ações são efetivamente daqueles que procuram a Justiça, embora o valor até ínfimo, e que uma taxa judiciária, de Cr\$ 1.063,00 afastaria aquele que mais necessita da Justiça, devido já ao valor da taxa judiciária.

Não estamos levantando aqui os honorários advocatí-

cios, apenas fiz uma rápida passagem sobre análise dos emolumentos, das taxas para Cartórios, para cópias, para enfim, tudo aquilo que faz parte do mecanismo do Poder Judiciário.

Essa taxa judiciária, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ela avilta o poder de demanda que todos devem ter, porque é inalienável e pertence à dignidade humana de buscar a justiça, de buscar no Fórum, dos Tribunais, nos Cartórios, aquilo que lhe é devido, aquilo que entende como dever de justiça.

Por isso, Sr. Presidente, não há que se alongar muito, o bom senso está a indicar que o aumento de Cr\$ 3.000% (três mil por cento) é, na verdade, absurdo e o projeto do Governo merece portanto, que nós possamos até negociar.

Está sendo retificado aqui, de 30 mil por cento o aumento, o valor unitário de 10 cruzeiros para 3.038.

Sr. Presidente, nós não podíamos nos calar não, para advogar em causa própria como causídico que somos. Mas por entendermos o âmago da questão que é um problema até de valorizar aquelas pequenas causas, os pequenos feitos que, exatamente, compõe a maioria da demanda de justiça.

Nós entendemos, que valeria aqui, o bom senso e que houvesse a redução, principalmente nesse parágrafo único onde coloca o valor inestimável, ou aqueles feitos que tenham valor equivalente até 100 ORTNs, ou quem sabe, Sr. Presidente, teria talvez possibilidade de criar uma segunda categoria de valor equivalente até 50 ORTNs. Portanto, uma redução a: de 75,85% :

Entendemos portanto, Sr. Presidente, que valeria qui apenas, a diligência por parte do Sr. Presidente desta Casa, das lideranças dos Partidos. Porque nós estaríamos impossibilitados de fazer a emenda, devido ao caráter constitucional desse tipo de projeto. Mas assim mesmo, ousaríamos fazer uma emenda amanhã, quando oportunamente na 2.ª discussão seria tempestiva esse tipo de proposta. Para que nós pudéssemos efetivamente, diminuir um pouco essa proposta do Governo, aquilo que é um gravame para quem vai buscar a justiça.

Tem o aparte o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Nelson Friedrich, eu concordo em parte com a colocação que Vossa Excelência faz, quando se discute o Projeto de Lei n.º 187/80, em que altera o valor da cobrança da taxa judiciária.

Apenas que, talvez assim a expressividade das estatísticas não sejam tão reais, na minha opinião, porque essa taxa judiciária se não me falha a memória é de 69, até parece que criada por uma lei do Deputado Erondy Silvério quando Presidente da Casa, e portanto, desde 69, há portanto 12 anos, ela não tenha atualização nenhuma.

E segundo me parece, foi feita uma pesquisa, um cálculo, que constatou que apenas para recolher a taxa judiciária, a parte de impressos, a burocracia que ela gerava para ser recolhida, ia acima de 40 cruzeiros. Isso já há muito tempo.

Então, eu acho e concordo com Vossa Excelência, que realmente, o aumento que o Governo pretende nessa Mensagem, é bastante acima de qualquer coisa razoável mas que, vamos dizer, o percentual de 30 mil por cento ou coisa que o valha, não seria talvez assim tão real, para que se dizer que seria tamanho absurdo, porque daria essa impressão assim para quem não tivesse conhecimento da matéria. Uma vez que essa taxa judiciária, há muitos e muitos anos em função de inflação e outras coisas mais, ela é simbólica, e anti-econômica. Porque ela estava custando muito mais ao Poder Público para ser recolhida do que beneficiando como taxa.

Portanto, era só para fazer essa pequena adução ao seu pronunciamento, dizendo que, realmente, concordo com Vossa Excelência quando fala que há uma desproporção no aumento que se pretende. E eu tenho certeza que nós teremos condições amanhã, em 2ª discussão, de através de um acordo co-

mo Vossa Excelência bem colocou entre as bancadas, de fazermos uma redução disso para uma taxa bastante razoável que atenda os interesses da Justiça, mas que não explore aqueles que procuram a mesma Justiça.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu agradeço o aparte, e só vale que a taxa judiciária foi instituída no País, em 1.932, e que na verdade eu também entendo como ínfimo valor de 10 cruzeiros como valor unitário.

Mas também partindo de dez cruzeiros para 3.038, ou na menor ação que se possa ajuizar se pagar 1.063 de taxa judiciária... Porque a taxa judiciária, Sr. presidente, Srs. Deputados, quem não tem o vínculo advocatício ou o meandro da atividade cartorial, sabe que ela é depositada em banco antes de se entrar com a ação em juízo. Não tem que ver nada com a despesa de cartório ou com as despesas de diligências, portanto se a justiça já está proibitiva no País, devido ao custo e a demora com que ela é aplicada, muito pior nós impondo, através do Estado mais uma tributação antes do cidadão entrar em juízo, antes do cidadão buscar no Fórum a defesa dos seus direitos, dos seus interesses.

Por isso, nós entendemos e repito aqui, seria de bom alvitre inclusive, não só o contato com a Presidência desta Casa, com as lideranças dos partidos, com o próprio Secretário que remeteu, que fez uma análise da questão, como o Governo do Estado, mas a própria OAB que por certo também e eu sei disso, entendem ser irrisória hoje a taxa judiciária cobrada no Estado do Paraná, comparada com as taxas cobradas em outros Estados.

Mas nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Não vamos ficar nessa situação de criar uma situação proibitiva para aquele cidadão que busca nas causas de pequeno valor se ressarcir daquele mínimo que para ele é fundamental porque é briga da Justiça e do direito.

Contamos, Sr. Presidente, portanto, com os Deputados desta Casa, principalmente com a Liderança do PDS, no sentido de que houvesse essa conversação, esse diálogo, para se reduzir ou se criar uma outra categoria para atingir os processos de valor ainda menor.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e tomara que possamos chegar a um consenso para o bom nome da Justiça, no Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, eu quero antecipadamente registrar o meu voto contrário, apesar de reconhecer que muitas taxas são baixas; mas num País onde os serviços públicos contribuem com a maior parte da taxa inflacionária, eu, de sã consciência não posso de afogadilho permitir qualquer aumento em qualquer taxa que venha inflacionar mais ainda esse País.

Portanto, registro o meu voto em contrário, também como protesto, depois de passarmos um ano inteiro, matéria de tal envergadura venha somente de afogadilho para a Assembléia.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES — Apenas, Sr. Presidente, para que fique registrado também o meu voto contrário a esta Mensagem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Apenas, Sr. Presidente, para declarar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação

O SR. VALDUGA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Também concordo que a forma abrupta e violenta com que é feito o aumento da taxa judiciária vai criar sérias consequências na administração da Justiça, e sobretudo na tarefa dos advogados. E, como não tenho as razões pela quais houve essa modificação tão abrupta, não tenho dados para avaliar, eu, neste momento, voto pela Liderança, com a Liderança, mas reservo-me o direito de depois de ouvir detalhadamente, examinar o problema e tomar então uma posição definitiva. Era só.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. Aprovado.

A Mesa registre, com satisfação, a presença em nosso plenário, dos Srs. Deputados Alípio Aires de Carvalho e Pedro Sampaio.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria do Interior e SANEPAR, visando que seja solucionado o problema de abastecimento de água na sede do Município de Querência do Norte. Aprovado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre qual a solução dada à solicitação para desapropriação da área do Jardim das Nações, no Distrito de Tatuquara, Município de Curitiba. Aprovado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo agilização nas obras da estrada Wenceslau Braz à São José da Boa Vista, bem como, a regularização por parte da SANEPAR, do abastecimento de água, deste último município. Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Cooperativa Agropecuária de Cascavel, pela implantação da 1.ª unidade industrial no Distrito Industrial "Theobaldo Brezolin" de Cascavel. Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferi.

(É procedida a verificação de votação)

26 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Confederação Brasileira de Futebol e ao Conselho Nacional de Desportos, em forma de sugestão no sentido de uniformizar a disputa dos campeonatos regionais, mediante a adoção de critérios iguais para os diversos certames dos Estados. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a formação de uma Comissão Mista para estudar a viabilidade

da criação de áreas de interesse turístico para os municípios que serão atingidos pelo Lago Internacional de Itaipu. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 53/78, 6/80, 166/80, 167/80, 182/80, 183/80, 184/80, 185/80, 186/80.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/80.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 178/80, 180/80, 188/80, 189/80, 190/80 e de Resolução n.º 71/80.

Levanta-se a sessão.